



Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça de Entrância Inicial

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

S.P.Q.R.

PROVA PREAMBULAR

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Penal**

1. Em razão da concepção normativa do dolo, o erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo se
- (A) incidir exclusivamente nos elementos objetivos, normativos e subjetivos da definição legal.
 - (B) incidir nos elementos objetivos, normativos e subjetivos da definição legal além de outros elementos ou circunstâncias que qualificam o crime ou aumentam a pena.
 - (C) a concepção normativa do dolo exigir apenas o resultado naturalístico e não se considerar a consciência da ilicitude para a caracterização do erro.
 - (D) não incidir nos elementos, causas ou circunstâncias que qualificam o crime ou aumentam a pena.
 - (E) incidir apenas nos elementos normativos do tipo legal do crime.
2. Assinale a alternativa correta.
- (A) A lesividade do bem jurídico protegido pela lei penal é critério de legalidade material ou substancial e depende da existência da lei para caracterizar o delito.
 - (B) A culpabilidade significa que será penalmente punido aquele que houver agido com culpa ou dolo o que implica adoção pelo nosso Código Penal da teoria da responsabilidade objetiva.
 - (C) O princípio da legalidade exige, além da previsão legal do crime e da pena anteriores ao fato praticado, definição de conduta e cominação balizada de punição.
 - (D) A proporcionalidade é regra constitucional implícita e se utiliza dos sub-princípios da adequação, e necessidade, à exceção no direito penal, da proporcionalidade em sentido estrito.
 - (E) A individualização da pena, na forma prevista na Constituição Federal, apenas se opera no plano judicial.
3. Na aplicação da pena é correto afirmar:
- (A) A reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e como judicial.
 - (B) É possível a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
 - (C) Ainda que a pena-base seja fixada no mínimo legal é possível a fixação de regime prisional mais gravoso do que o cabível para a sanção imposta com fundamento na gravidade abstrata do delito.
 - (D) Ao condenado a pena igual a 8 anos, ainda que primário, não deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
 - (E) Ao contrário das causas especiais de aumento de pena, as qualificadoras incidem na primeira fase de sua fixação, estabelecendo-se a pena-base.
4. Considere as seguintes afirmações sobre o crime continuado:
- I. A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade.
 - II. O Código Penal Brasileiro adotou a teoria objetivo-subjetiva na qual exige a presença de requisitos do art. 71 do Código Penal e unidade de desígnios.
 - III. A objetividade do art. 71 do Código Penal impede que a habitualidade criminosa descaracterize o crime continuado.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
5. O rol do art. 107 do Código Penal (extinção de punibilidade) é exemplificativo. Há outras causas previstas na Parte Especial e leis penais especiais, entre elas:
- (A) o ressarcimento do dano no peculato culposo; o pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia nos crimes de sonegação fiscal e a retratação no crime de falso testemunho.
 - (B) a retratação no crime de falso testemunho; o aborto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e o furto contra cônjuge, na constância do casamento.
 - (C) o furto e o roubo impróprio contra cônjuge na constância do casamento; o ressarcimento do dano no peculato culposo e o pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia no crime de sonegação fiscal.
 - (D) o ressarcimento integral do prejuízo no caso de estelionato; a retratação no crime de falso testemunho e a retratação do querelado na calúnia ou difamação.
 - (E) em todos os casos de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça contra a pessoa em que haja reparação do dano.
6. No art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas) é vedado ao juiz:
- (A) conceder *sursis*, comutar a pena e convertê-la para restrição de direitos.
 - (B) conceder *sursis*, indultar e comutar a pena e convertê-la em restrição de direitos.
 - (C) conceder *sursis* e converter a pena em restrição de direitos.
 - (D) conceder *sursis*, indultar a pena e convertê-la para restrição de direitos.
 - (E) conceder *sursis* e livramento condicional, indultar e comutar a pena e convertê-la em restrição de direitos.



<p>7. No instituto da medida de segurança</p> <p>(A) é vedada a sua conversão sobrevindo no curso do cumprimento de uma pena privativa de liberdade.</p> <p>(B) a periculosidade é sempre presumida.</p> <p>(C) a sua extinção fica condicionada à ausência de prática, durante um ano, de fato indicativo de persistência da periculosidade.</p> <p>(D) é desnecessária a prática de fato típico, antijurídico e culpável para sua imposição.</p> <p>(E) é inviável a internação do paciente no tratamento ambulatorial.</p>	<p>12. A ação penal privada subsidiária</p> <p>(A) poderá ser intentada por qualquer do povo quando o requerimento do Ministério Público de arquivamento de inquérito policial não for acolhido pelo Poder Judiciário.</p> <p>(B) será admitida se a denúncia não for apresentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.</p> <p>(C) será admitida se a denúncia não for apresentada no prazo legal, cabendo apenas ao Ministério Público intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso.</p> <p>(D) será admitida se a denúncia não for apresentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público apenas retomar a ação como parte principal no caso de negligência do querelante até a sentença de primeiro grau.</p> <p>(E) será admitida se a queixa crime não for apresentada no prazo legal, cabendo ao querelante titular do direito da ação penal privada aditar a queixa, repudiá-la e oferecer queixa crime substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.</p>
<p>8. O fiscal da Fazenda Pública, aprovado em concurso, nomeado, mas ainda não empossado, que comparece em estabelecimento comercial e a pretexto de exercer fiscalização sobre livros fiscais exige importância em dinheiro para livrar o comerciante da autuação,</p> <p>(A) pratica crime de corrupção ativa.</p> <p>(B) pratica crime de corrupção passiva.</p> <p>(C) pratica crime de excesso de exação.</p> <p>(D) pratica crime de concussão.</p> <p>(E) o fato é atípico.</p>	<p>13. O Código de Processo Penal prevê as seguintes espécies de exceções:</p> <p>(A) impedimento; suspeição; incompetência de juízo; litispendência e coisa julgada.</p> <p>(B) incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade de parte e coisa julgada.</p> <p>(C) suspeição; incompetência de juízo; litispendência e coisa julgada.</p> <p>(D) impedimento; suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade de parte; coisa julgada e da verdade.</p> <p>(E) suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade de parte e coisa julgada.</p>
<p>9. O estupro de vulnerável pressupõe que</p> <p>(A) a vítima seja menor de 14 anos e do sexo feminino.</p> <p>(B) a violência seja real e a vítima menor de 14 anos.</p> <p>(C) haja conjunção carnal e a vítima seja menor de 12 anos.</p> <p>(D) a vítima seja menor de 12 anos, independentemente do sexo e da natureza da violência, desde que haja conjunção carnal.</p> <p>(E) a vítima seja menor de 14 anos e haja conjunção carnal ou outro ato libidinoso.</p>	<p>14. A circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias, no âmbito do processo penal,</p> <p>(A) serve como elemento formador de convicção do Promotor de Justiça em matéria de Tribunal do Júri.</p> <p>(B) tem expressa disposição no Título II do Código de Processo Penal que trata do inquérito policial e a prevê como consideração à autoridade policial no âmbito meramente investigativo.</p> <p>(C) não tem qualquer valor legal por vedar a Constituição Federal qualquer espécie de presunção por ofensa ao princípio do contraditório.</p> <p>(D) considera-se indício e é um dos meios de prova.</p> <p>(E) é expressão legal do princípio acusatório no processo penal.</p>
<p>10. O crime de perigo para a vida ou saúde de outrem previsto no art. 132 do Código Penal é considerado de perigo</p> <p>(A) comum.</p> <p>(B) concreto.</p> <p>(C) abstrato.</p> <p>(D) presumido.</p> <p>(E) omissivo.</p>	
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>11. O art. 10 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, aos 10 de dezembro de 1948, consagra que toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, de ser ouvida publicamente e com justiça por um tribunal independente e imparcial, para a determinação de seus direitos e obrigações ou para exame de qualquer acusação contra ela em matéria penal.</p> <p>O princípio do processo penal que se adequa a essa redação é o</p> <p>(A) do juiz natural.</p> <p>(B) da ampla defesa.</p> <p>(C) do contraditório.</p> <p>(D) do duplo grau de jurisdição.</p> <p>(E) da publicidade.</p>	



15. No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas ao se fixar medida cautelar diversa da prisão, o juiz,
- (A) depois de ouvir o infrator, deverá decretar a prisão preventiva.
 - (B) mediante requerimento do Ministério Público, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, dobrar o valor da fiança, cabendo apenas decretar a prisão preventiva em caso de crime doloso cometido por reincidente.
 - (C) de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva.
 - (D) apenas mediante requerimento do Ministério Público poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva.
 - (E) de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, decretar a prisão temporária por até 60 dias ou, em último caso, decretar a prisão preventiva até o término da instrução criminal.
16. No âmbito do Código de Processo Penal o procedimento comum é dividido segundo os seguintes critérios:
- (A) ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; e sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo.
 - (B) ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 8 (oito) anos de pena privativa de liberdade; sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja superior a 4 (quatro) e inferior a 8 (oito) anos de pena privativa de liberdade; e sumaríssimo, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
 - (C) ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; sumário, para as infrações penais de menor potencial ofensivo; e do júri para os crimes dolosos contra a vida.
 - (D) ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 8 (oito) anos de pena privativa de liberdade; sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 8 (oito) anos de pena privativa de liberdade; sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo; e do júri para os crimes dolosos contra a vida.
 - (E) ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 8 (oito) anos de pena privativa de liberdade; sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 8 (oito) anos de pena privativa de liberdade; sumaríssimo quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; e do júri para os crimes dolosos contra a vida.
17. Sobre a sentença proferida em processo criminal, é correto afirmar:
- (A) Se o juiz omitir-se sobre a manutenção de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, considera-se essa prorrogada automaticamente até o trânsito em julgado.
 - (B) O juiz mencionará apenas as circunstâncias agravantes ou atenuantes requeridas pelas partes em alegações finais ou debates e cuja existência reconhecer.
 - (C) O juiz fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.
 - (D) O juiz fica restringido aos limites do pedido do Ministério Público em alegações finais se esse for de imputação menos grave do que a contida na denúncia.
 - (E) Em hipótese alguma poderá determinar a publicação da sentença na íntegra ou em resumo em jornal.
18. O art. 366 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 9.271, de 17 de abril de 1996, dispõe sobre a suspensão do processo penal. Sobre esse instituto e sua aplicação é correto afirmar que
- (A) a suspensão do processo é regra geral em caso de revelia no processo penal.
 - (B) haverá apenas suspensão dos prazos e do curso do processo, podendo o juiz determinar a produção de provas urgentes antecipadamente.
 - (C) a prisão preventiva apenas poderá ser decretada diante da impossibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão.
 - (D) a suspensão do prazo prescricional interrompe-se pela prática de novo delito pelo acusado.
 - (E) a decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
19. Para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas a lei contempla validamente nos procedimentos de investigação e formação de provas o seguinte:
- (A) o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras, eleitorais e outras obtidas diretamente de acesso a correspondência eletrônica do agente mediante despacho fundamentado da autoridade condutora do inquérito policial ou procedimento administrativo criminal pelo Ministério Público.
 - (B) infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante justificativa da autoridade policial no relatório do inquérito.
 - (C) a captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos, e o seu registro e análise, mediante autorização judicial sumária.
 - (D) a ação controlada, que consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.
 - (E) aquisição de produto de crime com recursos provenientes do tesouro nacional em ação controlada, mediante autorização judicial, para proporcionar a caracterização do flagrante delito.



20. Sobre o mandado de segurança, o *habeas corpus* e o Juizado Especial Criminal, correlatamente, pode-se afirmar que
- (A) compete à turma recursal, e não ao Tribunal de Justiça, processar e julgar o mandado de segurança contra ato de Juizado Especial.
- (B) embora caiba o mandado de segurança, por se tratar de medidas sancionadoras sem previsão de restrição à liberdade de locomoção não cabe o *habeas corpus* no âmbito do Juizado Especial Criminal.
- (C) o Promotor de Justiça é parte ilegítima para impetrar mandado de segurança contra ato jurisdicional no Juizado Especial Criminal.
- (D) não cabe recurso de *habeas corpus* aos Tribunais Superiores em temas afetos aos Juizados Especiais Criminais.
- (E) não cabe mandado de segurança em matéria de crimes de menor potencial ofensivo.

Execução Penal

21. A execução da pena privativa de liberdade está sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado
- (A) praticar fato definido como crime doloso ou culposos.
- (B) praticar falta grave especificada em lei estadual.
- (C) sofrer condenação, por crime anterior, mesmo que a pena, somada ao restante da pena em execução, permita a manutenção do regime.
- (D) praticar fato definido como crime ou falta grave, exigindo-se a sua prévia oitiva apenas na primeira hipótese.
- (E) descumprir, no regime aberto, condição especial estabelecida pelo juiz e não prevista em lei.
22. Incumbe ao Conselho Penitenciário emitir parecer sobre
- (A) progressão de regime nas condenações por crimes hediondos.
- (B) comutação de pena.
- (C) permissão de saída e saída temporária.
- (D) indulto, ainda que fundado o pedido no estado de saúde do preso.
- (E) regressão de regime.
23. Constitui sanção disciplinar aplicável por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional:
- (A) inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- (B) suspensão do direito de representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito.
- (C) isolamento na própria cela, ou em local adequado, por até sessenta dias.
- (D) suspensão do direito de visita do cônjuge ou da companheira por até trinta dias.
- (E) restrição à constituição de pecúlio.

24. No que concerne à remição pelo estudo, é correto afirmar que
- (A) a contagem de tempo será feita à razão de um dia de pena a cada oito horas de frequência escolar, divididas, no mínimo, em três dias.
- (B) as correspondentes atividades somente poderão ser desenvolvidas de forma presencial.
- (C) o tempo remido será considerado como pena cumprida, para todos os efeitos.
- (D) inaplicável às hipóteses de prisão cautelar.
- (E) o juiz, em caso de falta grave, poderá revogar até metade do tempo remido.

Direito Civil

25. A respeito da personalidade e da capacidade, é correto afirmar que
- (A) os menores de dezoito anos têm capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações.
- (B) a proteção que o Código Civil confere ao nascituro não alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade.
- (C) os ausentes são considerados absolutamente incapazes para os atos da vida civil.
- (D) a emancipação do maior de dezesseis anos pelos pais através de escritura pública só produz efeitos após homologação judicial, com prévia audiência do Ministério Público.
- (E) não merece proteção a imagem de pessoa falecida porque os direitos da personalidade são intransmissíveis.
26. Constitui, dentre outros, requisito para execução no Brasil de sentença proferida no estrangeiro:
- (A) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução de acordo com a lei brasileira, ainda que assim não esteja no lugar em que foi proferida.
- (B) terem sido as partes citadas e não ter ocorrido revelia.
- (C) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal, após parecer favorável do Procurador-Geral da República.
- (D) haver sido proferida por juiz competente.
- (E) estar traduzida por intérprete do país de origem ou pelo advogado que representar o requerente.
27. A respeito do penhor, da hipoteca e da anticrese, considere:
- I. É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- II. Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese e só os bens que se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca.
- III. Os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



<p>28. Far-se-á a averbação em registro público</p> <p>(A) dos nascimentos, casamentos e óbitos.</p> <p>(B) da interdição por incapacidade absoluta.</p> <p>(C) da sentença declaratória de ausência.</p> <p>(D) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem, anularem ou reconhecerem a filiação.</p> <p>(E) das sentenças que decretarem anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.</p>	<p>32. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Deixa, entretanto, de ser obrigatória a proposta</p> <p>(A) se, com prazo, por telefone, não foi imediatamente aceita.</p> <p>(B) se, feita com prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente, independentemente do termo final.</p> <p>(C) se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa e chegar a tempo a recusa.</p> <p>(D) se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a confirmação do proponente.</p> <p>(E) se, feita com prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita.</p>
<p>29. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos. A situação descrita refere-se a</p> <p>(A) fraude à lei imperativa.</p> <p>(B) fraude à execução.</p> <p>(C) fraude contra credores.</p> <p>(D) ato emulativo.</p> <p>(E) abuso de direito.</p>	<p>33. De acordo com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79),</p> <p>(A) será anulável a cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente inscrito.</p> <p>(B) é vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento registrado se não houver expressa aprovação da Prefeitura Municipal em loteamentos com mais de 150 hectares.</p> <p>(C) aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao Registro Imobiliário dentro de 6 (seis) meses, sob pena de caducidade da aprovação.</p> <p>(D) à União caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos.</p> <p>(E) a legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.</p>
<p>30. É correto afirmar:</p> <p>(A) A obrigação é divisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.</p> <p>(B) Se para o melhoramento, ou aumento, empregou o devedor trabalho ou dispêndio, o caso se regulará pelas normas do Código Civil brasileiro atinentes às benfeitorias realizadas pelo possuidor de boa-fé, apenas.</p> <p>(C) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.</p> <p>(D) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda, devendo ser presumida sua ocorrência desde que não haja proibição legal ou acordo das partes em sentido diverso.</p> <p>(E) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, mesmo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.</p>	<p>34. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que</p> <p>(A) houverem acusado em juízo o autor da herança, seu cônjuge ou companheiro.</p> <p>(B) houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio culposo ou doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.</p> <p>(C) praticarem lesão corporal grave em detrimento do autor da herança, ainda que culposa.</p> <p>(D) cometerem crime de difamação contra o autor da herança, seu cônjuge ou seu companheiro.</p> <p>(E) por qualquer meio, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.</p>
<p>31. O possuidor</p> <p>(A) de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, não tendo direito às despesas da produção e custeio.</p> <p>(B) de má-fé responde sempre pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, mesmo provando que de igual modo se teriam dado, estando na posse do reivindicante.</p> <p>(C) de boa-fé tem direito à indenização de todas as benfeitorias, sendo certo que, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, poderá levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.</p> <p>(D) de má-fé terá direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias, lhe assistindo o direito de retenção pela importância destas, bem como o direito de levantar as benfeitorias voluptuárias.</p> <p>(E) de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, ainda que der causa.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>35. Em relação à sentença, o juiz</p> <p>(A) proferirá sua decisão de forma concisa, se estiver extinguindo o processo com julgamento de mérito.</p> <p>(B) sempre poderá proferi-la de modo ilíquido.</p> <p>(C) poderá proferi-la em quantidade superior, mas não em natureza diversa da pedida.</p> <p>(D) proferirá a jurisdição correspondente acolhendo ou rejeitando, total ou parcialmente, o pedido formulado pelo autor.</p> <p>(E) pode deixar de fundamentá-la se proferida de modo conciso.</p>



<p>36. A interposição do agravo de instrumento</p> <p>(A) não admite juízo de retratação.</p> <p>(B) não obsta o andamento do processo, ressalva feita à possibilidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso.</p> <p>(C) é regra geral do ordenamento processual civil, com hipóteses excepcionais de interposição de agravo retido.</p> <p>(D) dirigir-se-á ao juiz da causa, a quem caberá o encaminhamento dos autos ao tribunal competente.</p> <p>(E) dá-se em face de atos processuais ordinatórios e de decisões interlocutórias.</p>	<p>40. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Ministério Público pode promover a execução forçada, nos casos legalmente previstos.</p> <p>(B) São sujeitos passivos da execução, entre outros, o fiador judicial e o responsável tributário, como tal definido na legislação própria.</p> <p>(C) Se fundadas em títulos diferentes, o credor não poderá cumular várias execuções, ainda que o devedor seja o mesmo.</p> <p>(D) Observados os requisitos legais, o credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas.</p> <p>(E) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo.</p>
<p>37. No processo civil, o Ministério Público</p> <p>(A) age sempre facultativamente, em obediência a seu poder discricionário.</p> <p>(B) no exercício de suas funções, não poderá ser responsabilizado civilmente, mas somente nos âmbitos administrativo e criminal.</p> <p>(C) poderá produzir prova em audiência, mas não juntar documentos e certidões, o que é privativo das partes.</p> <p>(D) intervirá nas causas em que haja interesses de incapazes, relativas ao estado da pessoa, declaração de ausência e disposições de última vontade.</p> <p>(E) deverá manifestar-se nas ações que envolvam litígios coletivos e individuais pela posse da terra urbana e rural.</p>	<p>41. No tocante ao mandado de segurança, é correto afirmar:</p> <p>(A) Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou negar a liminar caberá recurso de apelação.</p> <p>(B) Para efeito de sua concessão, equiparam-se às autoridades, entre outros, os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, apenas no que disser respeito a essas atribuições.</p> <p>(C) Concedida medida liminar, seus efeitos persistirão até o trânsito em julgado da decisão concessiva da segurança.</p> <p>(D) Não se concederá mandado de segurança de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito meramente devolutivo.</p> <p>(E) A autoridade coatora pode informar e defender a licitude de seu ato, mas não recorrer da concessão da segurança.</p>
<p>38. O Ministério Público, atuando nas ações civis públicas,</p> <p>(A) como regra, poderá requisitar quaisquer documentos, informações ou exames de organismos públicos, mas apenas solicitá-los ao Judiciário se concernentes a órgãos privados.</p> <p>(B) poderá veicular pretensões tributárias ou que envolvam contribuições previdenciárias, cujos beneficiários sejam individualmente determinados ou não.</p> <p>(C) se houver o convencimento de que inexistem fundamentos para sua propositura, deverá pleitear o arquivamento dos autos do inquérito civil ao juiz competente.</p> <p>(D) pode requisitar quaisquer documentos para instrução do inquérito civil, mesmo nos casos em que a lei impuser sigilo.</p> <p>(E) deverá pleitear, em casos de acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica, que a prestação em dinheiro seja revertida em fundo legalmente previsto, sendo utilizada para ações de promoção da igualdade étnica.</p>	<p>42. No que se refere à prova, é correto afirmar:</p> <p>(A) Vigora entre nós o sistema da prova tarifada, com valor determinado para cada espécie de prova.</p> <p>(B) Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as chamadas máximas de experiência, salvo, quanto à experiência técnica, o exame pericial.</p> <p>(C) Salvo disposição especial em contrário, as provas devem ser produzidas na inicial e na contestação.</p> <p>(D) É sempre possível convencionar de modo diverso a distribuição do ônus da prova, desde que disponível o direito da parte.</p> <p>(E) Os fatos notórios dependem apenas de prova consuetudinária.</p>
<p>39. No que concerne à intervenção de terceiros é correto afirmar que</p> <p>(A) são casos catalogados pela lei processual civil a nomeação à autoria, o chamamento ao processo, o litisconsórcio e a denunciação da lide.</p> <p>(B) a lei pode obrigar terceiro, estranho à lide, a ingressar no processo.</p> <p>(C) conforme a iniciativa da medida, pode ser espontânea, como na oposição, ou provocada, como na nomeação à autoria.</p> <p>(D) é cabível em qualquer espécie de procedimento.</p> <p>(E) o terceiro limita-se a atuar no processo até a sentença, não tendo legitimidade para recorrer.</p>	<p>43. Pelo sistema da lei processual civil, as nulidades nela previstas</p> <p>(A) convalidam-se, se o ato processual, realizado de forma diversa à prevista, lhe alcançar a finalidade.</p> <p>(B) não são passíveis de convalidação, pois o que é nulo não produz nenhum efeito.</p> <p>(C) não abrangem a atuação do Ministério Público, salvo se atuar no interesse de incapazes.</p> <p>(D) devem ser sempre alegadas a qualquer tempo, inexistindo preclusão a respeito.</p> <p>(E) não podem ser declaradas de ofício pelo juiz, vigorando sobre o tema, sem ressalvas, o princípio da iniciativa da parte.</p>



44. No tocante à ação, para nossa lei processual civil,
- (A) o reconhecimento da ausência de pressupostos processuais leva ao impedimento da instauração da relação processual ou à nulidade do processo.
 - (B) a ausência do direito material subjetivo conduz à carência de ação.
 - (C) a ausência das condições da ação não pode ser aferida de ofício pelo juiz.
 - (D) não se admite a ação meramente declaratória, se já ocorreu a violação do direito.
 - (E) o interesse do autor está ligado sempre, e apenas, à constituição de seu direito, com pedido eventual de preceito mandamental.

Direito Empresarial

45. Descumprida a obrigação pecuniária pelo arrendatário, no contrato de *leasing* financeiro,
- (A) o arrendante apenas pode cobrar a dívida, mas não pleitear a rescisão do contrato ou a sua reintegração na posse, dada a existência de opção de compra.
 - (B) não se admite em nenhuma hipótese a ação de reintegração de posse, se nas parcelas tiver sido incluído o denominado Valor Residual Garantido (VRG), de acordo com a jurisprudência mais recente consolidada em súmula do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) admite-se a reintegração do arrendante na posse, caso haja no contrato cláusula resolutória expressa e tenha sido o arrendatário devidamente notificado de sua mora.
 - (D) perde o arrendatário o direito de usar o bem enquanto não purgar a mora, independentemente de notificação do arrendante, mas não fica sujeito à retomada do bem antes do trânsito em julgado da sentença que rescindir o contrato.
 - (E) a reintegração na posse pelo arrendante prescinde de cláusula resolutória expressa e de notificação prévia do arrendatário, vencendo-se a dívida por inteiro, e será o bem vendido para seu pagamento e o arrendatário ficará pessoalmente responsável pelo saldo devedor se o valor obtido com a venda for insuficiente.
46. Se o bem móvel alienado fiduciariamente a um banco não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, poderá o credor fiduciário
- (A) apenas alterar o pedido formulado na ação de busca e apreensão para o de execução por quantia certa.
 - (B) requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, e o devedor ficará sujeito a prisão civil, se não restituir o bem ou seu equivalente em dinheiro.
 - (C) se o fiduciante estiver em mora, somente executar o fiador, que se sub-rogará, de pleno direito, no crédito e na garantia constituída pela alienação fiduciária.
 - (D) recorrer apenas à execução contra o devedor, penhorando-lhe outros bens suficientes para assegurar a execução.
 - (E) requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, mas o devedor não ficará sujeito a prisão civil.

47. Inexistindo, na falência, outros créditos, exceto os mencionados nas alternativas abaixo, classificam-se na seguinte ordem, sucessivamente:
- (A) os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; os créditos quirográficos; os créditos com privilégio geral; os créditos com privilégio especial.
 - (B) os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; os créditos com privilégio geral, os créditos com privilégio especial, os créditos quirográficos.
 - (C) créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; os créditos quirográficos, os créditos com privilégio especial, os créditos com privilégio geral.
 - (D) os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; os créditos com privilégio especial; os créditos com privilégio geral; os créditos quirográficos.
 - (E) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; os créditos com privilégio geral, os créditos com privilégio especial, os créditos quirográficos.

48. A prescrição dos crimes previstos na Lei nº 11.101, de 09/02/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária,
- (A) começa a fluir somente a partir do dia da decretação da falência, que é a condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas na Lei nº 11.101, de 09/02/2005.
 - (B) rege-se exclusivamente pelas disposições da Lei nº 11.101, de 09/02/2005, porque ela disciplinou integralmente essa matéria.
 - (C) tem o seu prazo interrompido apenas pelo recebimento da denúncia ou da queixa, ainda que tenha começado a fluir com a concessão da recuperação judicial.
 - (D) rege-se pelas disposições do Código Penal, começando a correr do dia da decretação da falência, da concessão de recuperação judicial ou da homologação do plano de recuperação extrajudicial.
 - (E) tem o seu prazo suspenso pela decretação da falência, se houver iniciado com a concessão da recuperação judicial ou com a homologação de plano da recuperação extrajudicial.



49. Sobre o endosso da letra de câmbio e da nota promissória analise as afirmações abaixo:

- I. No endosso pignoratício, os co-obrigados não podem invocar contra o portador as exceções fundadas sobre as relações pessoais deles com o endossante, a menos que o portador, ao receber a letra, tenha procedido conscientemente em detrimento do devedor.
- II. O endosso, que pode ser parcial, deve ser puro e simples, não se admitindo subordiná-lo a condição.
- III. O mandato que resulta de um endosso por procuração não se extingue por morte, ou sobrevinda incapacidade legal do mandatário.
- IV. O endossante, salvo cláusula em contrário, não é garante da aceitação ou do pagamento da letra.
- V. O endossante pode proibir novo endosso, e neste caso, não garante o pagamento às pessoas a quem a letra for posteriormente endossada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) II, IV e V.

50. Se o empresário tornar-se incapaz

- (A) poderá, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, independentemente de autorização judicial, que estará implícita nos poderes conferidos ao curador nomeado pelo juiz.
- (B) não poderá, ainda que por meio de representante, continuar a empresa, salvo, por intermédio deste, até a liquidação, e os bens que possuir, estranhos à atividade empresarial, não responderão pelas dívidas contraídas para o funcionamento dela.
- (C) poderá, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, devendo, para isso, preceder autorização judicial que é revogável e não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz possuía ao tempo da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela.
- (D) somente poderá continuar a empresa, se o curador nomeado pelo juiz puder exercer atividade de empresário, respondendo a caução, que este prestar, pelas dívidas que assumir durante o exercício da empresa, se os bens do incapaz vinculados à atividade empresarial forem insuficientes para o pagamento das dívidas caso venha a ser decretada a falência do incapaz.
- (E) só poderá continuar a exercer atividade empresarial como sócio não administrador e desde que autorizado pelo juiz no processo de interdição, não ficando, porém, outros bens, exceto as cotas societárias, sujeitos ao pagamento das dívidas contraídas no exercício da empresa.

Direito Constitucional

- 51. Considera-se mecanismo de controle político de constitucionalidade, previsto pela Constituição da República dentro da sistemática de freios e contrapesos da separação de poderes que adota,
 - (A) o veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelas casas do Congresso Nacional, por motivo de inconstitucionalidade.
 - (B) a resolução do Congresso Nacional que suspende a eficácia de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) o julgamento do Presidente da República, por crime de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) a aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão pública, da escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (E) a sustação, pelo Senado Federal, dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- 52. Considera-se de eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual
 - (A) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
 - (B) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - (C) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
 - (D) são gratuitos, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
 - (E) não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- 53. Um militar integrante das Forças Armadas e em atividade desde janeiro de 2003, estando com 27 anos de idade, casado com uma Vereadora do Município em que reside, pretende candidatar-se a Prefeito desse Município no pleito de 2012. Nessa hipótese, o interessado
 - (A) será inelegível para o cargo pretendido, na medida em que não possuirá a idade mínima para tanto exigida constitucionalmente.
 - (B) será inelegível para o cargo pretendido, pois sua cônjuge é detentora de mandato eletivo na circunscrição para a qual tem a intenção de candidatar-se à chefia do Executivo.
 - (C) será inelegível para o cargo pretendido, pois os militares são inalistáveis.
 - (D) preencherá as condições de elegibilidade para o cargo pretendido, desde que seja agregado pela autoridade militar superior e, se eleito, passe para a inatividade.
 - (E) preencherá as condições de elegibilidade para o cargo pretendido, desde que se afaste da atividade militar.



54. A declaração pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado, da inconstitucionalidade de determinado diploma legal, provoca, em relação aos atos normativos anteriores que foram revogados pela lei proclamada inconstitucional, a sua
- (A) recepção.
 - (B) repristinação.
 - (C) revogação.
 - (D) desconstitucionalização.
 - (E) deslegalização.
55. A invocação à proteção de Deus, constante do Preâmbulo da Constituição da República vigente,
- (A) é inconstitucional.
 - (B) é ilícita.
 - (C) não tem força normativa.
 - (D) não foi recepcionada pelo texto constitucional.
 - (E) é expressão de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.
56. Considere os seguintes dispositivos da Lei Federal nº 10.257, de 2001, denominada Estatuto da Cidade:
- Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.*
- Art. 7º Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, (...) o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.*
- Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.*
- Diante da disciplina constitucional da matéria, tem-se que
- (A) o disposto no artigo 5º é incompatível com a Constituição da República, que não autoriza à lei municipal prever a obrigatoriedade de parcelamento de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
 - (B) o disposto no artigo 7º é incompatível com a Constituição da República, no que se refere à progressividade do IPTU no tempo.
 - (C) o disposto no artigo 8º é incompatível com a Constituição da República, uma vez que a desapropriação somente pode ocorrer mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
 - (D) as disposições legais transcritas são incompatíveis com a Constituição da República, por invadirem competência atribuída pela Constituição ao Município.
 - (E) as disposições legais transcritas são compatíveis com a Constituição da República.
57. Nos termos da Constituição da República, compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça
- (A) processar e julgar os conflitos de competência entre os demais Tribunais Superiores ou entre estes e qualquer outro tribunal.
 - (B) julgar as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
 - (C) processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
 - (D) julgar as causas em que for contestada a validade de lei local em face de lei federal.
 - (E) processar e julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
58. Como medida de proteção aos direitos fundamentais do indivíduo, a Constituição da República veda à lei
- (A) restringir a publicidade de atos processuais, exceto quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
 - (B) prever hipóteses em que o civilmente identificado seja submetido a identificação criminal.
 - (C) estabelecer casos em que a pena passe da pessoa do condenado.
 - (D) cominar pena de morte ou de caráter perpétuo, exceto no caso de guerra declarada.
 - (E) estabelecer a possibilidade de se efetuar prisão senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.
59. Relativamente à atuação do Estado no domínio econômico, prevê a Constituição da República que
- (A) as empresas públicas e sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - (B) os recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível serão destinados, entre outras finalidades, ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
 - (C) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente é permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, conforme definidos em lei.
 - (D) o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica somente poderá ser efetuado mediante autorização ou concessão da União, o que se aplica inclusive a potenciais de energia renovável de capacidade reduzida.
 - (E) as atividades a serem exploradas em regime de monopólio pela União não admitem sua contratação com empresas estatais ou privadas.



<p>60. Considere as seguintes afirmações a respeito da disciplina constitucional do controle da Administração Pública:</p> <p>I. O controle externo da Administração Pública, na esfera federal, compete ao Congresso Nacional, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual a Constituição da República atribui competências próprias de fiscalização, bem como para aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.</p> <p>II. A ação popular e o direito de petição são instrumentos de que dispõe qualquer cidadão para desencadear o controle de atos da Administração que, respectivamente, sejam ofensivos à moralidade administrativa ou configurem abuso de poder.</p> <p>III. Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas. (B) II, apenas. (C) I e II, apenas. (D) I e III, apenas. (E) I, II e III.</p>	<p>63. Sobre os bens públicos, é INCORRETO afirmar que sejam bens de titularidade da União por força de mandamento constitucional</p> <p>(A) quaisquer correntes de água que banhem mais de um Estado. (B) as terras indígenas de aldeamentos extintos, ocupadas em passado remoto. (C) os recursos minerais, inclusive os do subsolo. (D) os potenciais de energia hidráulica, independentemente de onde se localizem os cursos d'água. (E) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, mesmo que localizados em terrenos particulares.</p> <p>64. No que tange ao regime das concessões de serviços públicos estabelecido na Lei nº 8.987/95, é correto afirmar:</p> <p>(A) É admitida a delegação da prestação dos serviços por prazo indeterminado. (B) A rescisão unilateral do contrato, em razão do inadimplemento do concessionário, é condicionada à prévia edição de lei autorizativa específica. (C) O contrato deve prever a repartição objetiva de riscos entre as partes. (D) O aumento da carga tributária referente ao imposto sobre a renda não autoriza a revisão da tarifa contratada. (E) A celebração do contrato de concessão depende de prévia licitação, na modalidade pregão.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>61. Dentre as formas de provimento derivado de cargos públicos, tradicionalmente praticadas na Administração brasileira, NÃO foi recepcionada pela Constituição Brasileira de 1988 a</p> <p>(A) ascensão. (B) promoção. (C) readaptação. (D) recondução. (E) reintegração.</p>	<p>65. No que tange aos processos administrativos, a Lei nº 9.784/99</p> <p>(A) não admite a recusa motivada do recebimento de documentos pela Administração. (B) dispõe que, caso o requerente da instauração do processo venha dele desistir ou renunciar ao direito ou interesse nele veiculado, fica a Administração impedida de dar prosseguimento ao processo. (C) impede a delegação de poderes de um órgão a outro que não lhe seja subordinado hierarquicamente. (D) considera suspeito, para fins de atuação em processo administrativo, o agente público que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante nesse mesmo processo. (E) considera legítima a participação de agentes públicos nos processos administrativos, na qualidade de interessados.</p>
<p>62. É admissível, em editais de licitação, a fixação de cláusula que estabeleça</p> <p>(A) isenção tributária aos produtos e serviços produzidos no território do ente licitante. (B) margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. (C) como critério de desempate a preferência por bens e serviços produzidos por empresa de capital nacional. (D) exigência, nos contratos de compra para entrega futura e na execução de obras e serviços, de que os licitantes ostentem capital mínimo de 20% do valor estimado da contratação. (E) preferência em favor da produção de bens em âmbito local, de maneira a favorecer a criação de empregos na região do órgão contratante e diminuir o custo ambiental da produção dos bens contratados.</p>	<p>66. A Lei de Consórcios Públicos, Lei nº 11.107/2005,</p> <p>(A) permite a participação da União em consórcio formado unicamente por Municípios. (B) condiciona a alteração de contrato de consórcio público à aprovação de instrumento pela assembleia geral, dispensada a ratificação mediante lei dos entes consorciados. (C) estatui que a retirada do ente consorciado implica necessariamente na reversão dos bens que ele destinou ao consórcio. (D) admite que os consórcios públicos possam outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, desde que haja previsão dessa competência no contrato de sua formação. (E) exige que a execução de desapropriações e a instituição de servidões necessárias ao consórcio seja realizada por cada um dos entes consorciados, nos bens situados em seu território.</p>

**Direito Tributário**

67. Sobre os princípios constitucionais tributários é correto afirmar que

- (A) a lei que modifica tributos só pode ser aplicada no exercício seguinte ao da sua publicação por força da regra da irretroatividade da lei tributária.
- (B) os tributos sempre deverão ser pessoais e atender às condições econômicas dos contribuintes, por força do princípio da capacidade contributiva.
- (C) salvo exceções a lei que cria ou majora tributo terá eficácia no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação, como expressão da anterioridade tributária.
- (D) como exceção à legalidade tributária, pode o Presidente da República instituir, por decreto, impostos de importação, de exportação, sobre produtos industrializados e sobre operações financeiras.
- (E) a instituição de empréstimo compulsório, imposto extraordinário, imposto residual e impostos de natureza extrafiscal são exceções à anterioridade nongesimal.

68. São impostos de competência da União e do Distrito Federal, respectivamente, os impostos

- (A) de importação e sobre a propriedade territorial rural.
- (B) sobre circulação de mercadorias e sobre a propriedade de veículos automotores.
- (C) de exportação e sobre operações de seguro.
- (D) sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre serviços de qualquer natureza.
- (E) sobre operações de crédito e câmbio e sobre grandes fortunas.

69. Sobre a imunidade, analise os itens a seguir:

- I. As imunidades tributárias vêm fixadas na Constituição Federal ou em lei complementar federal.
- II. As imunidades alcançam apenas os impostos.
- III. O patrimônio, a renda e os serviços relacionados às finalidades essenciais dos templos de qualquer culto são imunes de impostos.
- IV. A previsão de que o cidadão ficará isento de custas judiciais na ação popular é hipótese de imunidade de taxa.
- V. As imunidades somente terão eficácia após regulamentação por lei complementar.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) IV e V.
- (D) I, II e III.
- (E) III, IV e V.

70. A responsabilidade por infrações à legislação tributária

- (A) independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato, salvo disposição de lei em contrário.
- (B) é pessoal apenas quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico.
- (C) é pessoal apenas quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.
- (D) não pode ser afastada pela denúncia espontânea da infração se o agente fizer o pagamento do tributo devido.
- (E) depende de conceituação legal como crime ou contravenção para que gere a responsabilidade tributária.

71. Segundo o Código Tributário Nacional, o lançamento

- (A) constitui a obrigação tributária.
- (B) não pode ser modificado após a notificação válida ao sujeito passivo.
- (C) por homologação ou misto é aquele em que o sujeito passivo declara a prática do fato gerador e o Fisco constitui o crédito para pagamento.
- (D) é atividade discricionária quanto à sua realização em situações de calamidade pública.
- (E) reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que revogada ou modificada posteriormente.

72. Sobre anistia e remissão é correto afirmar que

- (A) a anistia é causa de extinção e a remissão é causa de exclusão do crédito tributário.
- (B) a multa só é alcançada pelo perdão concedido na anistia.
- (C) enquanto a anistia é perdão da infração, afastando a constituição do crédito tributário relativamente à multa, a remissão é perdão do crédito tributário, extinguindo-o.
- (D) a remissão é o perdão do crédito tributário apenas em relação ao tributo; a anistia é o perdão da multa, exclusivamente.
- (E) tanto a anistia como a remissão são causas de extinção do crédito tributário, sendo concedidas por lei, que poderá fazer a concessão em caráter geral ou limitadamente.

Direito Eleitoral

73. Segundo a Constituição Federal o alistamento eleitoral e o voto são:

- (A) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- (B) facultativos para os estrangeiros residentes no país há mais de três anos.
- (C) facultativos para os analfabetos e os conscritos durante o serviço militar obrigatório.
- (D) obrigatório o alistamento e facultativo o voto dos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (E) facultativos para os maiores de setenta anos.



<p>74. São condições de elegibilidade para o cargo de Vice-Governador de Estado:</p> <p>(A) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima de trinta anos.</p> <p>(B) naturalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária e idade mínima de trinta anos.</p> <p>(C) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral no território nacional, filiação partidária e idade mínima de trinta e cinco anos.</p> <p>(D) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição e idade mínima de vinte e cinco anos.</p> <p>(E) naturalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, filiação partidária e idade mínima de trinta e cinco anos.</p>	<p>76. O registro dos candidatos a vereador</p> <p>(A) deve ser feito junto ao Tribunal Regional Eleitoral da unidade da Federação respectiva até 4 (quatro) meses antes da eleição.</p> <p>(B) deve ser feito perante qualquer juízo eleitoral onde o partido ao qual estiver filiado o candidato possua diretório devidamente registrado.</p> <p>(C) far-se-á sempre em chapa única e indivisível, ainda que resulte a indicação de aliança de partidos.</p> <p>(D) deve ser feito no juízo eleitoral até 6 (seis) meses antes da eleição, desde que filiado a partido político na circunscrição em que concorrer.</p> <p>(E) deve ser dirigido ao Tribunal Regional Eleitoral nos casos em que o partido político não possuir diretório devidamente registrado na circunscrição em que se realizar a eleição.</p>
<p>75. A Constituição Federal assegura que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana. No plano de sua estrutura interna é correto afirmar:</p> <p>(A) As coligações eleitorais poderão dispor sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos e adotar os critérios de escolha de candidaturas, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.</p> <p>(B) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.</p> <p>(C) Os partidos políticos e as coligações partidárias são livres para definir sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha de candidaturas avulsas, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.</p> <p>(D) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir as condições de alistamento e elegibilidade, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.</p> <p>(E) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha de filiados e o regime de suas coligações eleitorais, bem como obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, vedado aos seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.</p>	<p>77. O candidato a prefeito eleito, assim como o seu vice, receberá diploma assinado pela autoridade judiciária competente. Sobre a expedição do diploma é correto afirmar:</p> <p>(A) Para os prefeitos das capitais será expedido pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude.</p> <p>(C) Para os prefeitos das capitais será expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, não havendo previsão de recurso contra sua expedição.</p> <p>(D) Admite recurso com efeito suspensivo se demonstrado abuso de poder econômico no curso da campanha ou em prestação de contas.</p> <p>(E) Pode ter sua expedição suspensa pela propositura de ação penal por crime doloso cometido anteriormente ao registro da candidatura.</p> <p>78. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de</p> <p>(A) entidade ou governo estrangeiro; concessionário ou permissionário de serviço público; entidade de utilidade pública; entidades beneficentes e religiosas; entidades esportivas.</p> <p>(B) organizações da sociedade civil de interesse público; pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior; indústria de material bélico; universidades privadas de qualquer natureza.</p> <p>(C) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos; concessionário ou permissionário de serviço público; consórcio de empresas administradora de bens de capital; instituições bancárias e financeiras.</p> <p>(D) cooperativas cujos cooperados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos; pessoa física inscrita em dívida ativa do poder público; entidade ou classe sindical.</p> <p>(E) órgão da Administração Pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público; instituições bancárias, financeiras ou administradora de valores; entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal.</p>

**Direitos Difusos e Coletivos**

79. Para os efeitos do Código Florestal, consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural

- (A) desde que situadas em altitude superior a 2.000 (dois mil) metros, ressalvadas as hipóteses em que, mesmo abaixo dessa altitude, a área se considere como de reserva legal.
- (B) localizadas no interior de uma propriedade ou posse rural, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e proteção de fauna e flora nativas, quando a lei as definir como de reserva legal.
- (C) exclusivamente as situadas no topo de morros, montes, montanhas e serras, ou nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- (D) situadas nas áreas urbanas ou nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, independentemente do que dispuserem os respectivos planos diretores e leis de uso do solo.
- (E) situadas ao longo dos rios ou de quaisquer cursos d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima é, também, estabelecida na mesma lei, em função da largura dos referidos cursos d'água.

80. A ação civil pública será proposta

- (A) facultativamente no local onde ocorreu o dano ou no domicílio do réu, mas sua propositura não prevenirá a jurisdição para as ações posteriormente intentadas, ainda que tenham a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto, porque a hipótese se qualifica como de ações concorrentes.
- (B) sempre no domicílio do réu e, havendo mais de um, no de qualquer deles, mas sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- (C) no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa e sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- (D) facultativamente, quando a competência for da Justiça Estadual, no foro do local onde ocorreu o dano ou no da Capital do Estado, e, quando neste último, prevenirá a jurisdição para as ações posteriormente intentadas que possuem a mesma causa de pedir e o mesmo objeto.
- (E) no foro do domicílio do autor, qualquer que seja o domicílio do réu ou o local dos fatos, e prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuem a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

81. Os órgãos públicos legitimados à propositura de ação civil pública

- (A) poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- (B) não poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, exceto o Ministério Público ao qual a lei atribui essa competência com exclusividade.
- (C) poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo judicial.
- (D) poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, exceto se houver interveniência do Ministério Público, quando lhe será atribuída eficácia de título executivo judicial.
- (E) só poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, em audiência de tentativa de conciliação prevista no artigo 331, do Código de Processo Civil e terá eficácia de título executivo judicial.

82. A inversão do ônus da prova para facilitação da defesa dos direitos do consumidor no processo civil é

- (A) obrigatória quando o pedido se fundar em norma de ordem pública, porque o interesse privado do fornecedor neste caso deverá ser sempre afastado.
- (B) obrigatória, sempre que o Ministério Público for o autor da ação e, nos casos em que, intervindo como fiscal da lei, requerer aquele benefício.
- (C) inadmissível quando o objeto do processo revestir interesse exclusivamente privado, para não ferir o princípio da isonomia.
- (D) admissível, a critério do juiz, desde que a parte o requeira, mediante declaração de pobreza firmada de próprio punho, porque ela firma presunção relativa de sua hipossuficiência.
- (E) admissível quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.

83. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, ao ofensor o juiz

- (A) de imediato poderá aplicar a proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
- (B) só poderá proibir o contato físico com a ofendida, depois do trânsito em julgado da sentença e se não houver reconciliação do casal.
- (C) não poderá, em nenhuma hipótese, estender a proibição de aproximação da ofendida aos dependentes menores, ou restringir-lhe ou suspender-lhe as visitas.
- (D) poderá suspender a posse ou restrição de porte de arma de fogo, ainda que se trate de integrante de órgãos policiais, independentemente de comunicação ao órgão competente ou autoridade a que esteja subordinado.
- (E) não poderá proibir a frequência de qualquer outro lugar exceto o ambiente familiar, embora naquele também possa encontrar-se a ofendida.



84. Sobre o sigilo bancário analise as afirmações abaixo:

- I. Consideram-se também instituições financeiras, obrigadas a manter sigilo, as bolsas de valores e de mercadorias e de futuro.
- II. Só poderá ser decretada a quebra de sigilo na fase de inquérito policial, nos casos de crimes contra o sistema financeiro, e não na fase judicial, dada a natureza pública do processo.
- III. O dever de sigilo não se estende ao Banco Central do Brasil, em relação às operações que realizar e às informações que obtiver no exercício de suas atribuições.
- IV. Não constitui violação do dever de sigilo a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, observadas normas regulamentares do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional.
- V. O dever de sigilo, inclusive quanto às contas de depósitos e aplicações financeiras, não pode ser oposto ao Banco Central, ao proceder a inquérito em instituição financeira submetida a regime especial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

Direito da Criança e do Adolescente

85. O Estatuto da Criança e do Adolescente

- (A) consagrou o princípio da proteção especial, segundo o qual os direitos fundamentais da pessoa humana em geral não alcançam crianças e adolescentes, cujos interesses são resguardados por direitos ajustados a sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.
- (B) substituiu a expressão "menor em situação irregular" presente no Código de Menores pela expressão "criança e adolescente em situação de risco pessoal e social".
- (C) desjudicializou, como regra, o atendimento inicial das situações de violação e ameaça de violação aos direitos da criança e do adolescente e reduziu o âmbito da discricionariedade do juiz na proteção dos direitos da criança e do adolescente.
- (D) deu nova institucionalidade ao Comissariado de Menores, cujas atribuições passaram a ser exercidas pelos Conselhos Tutelares.
- (E) estabeleceu a responsabilidade primordial ao Poder Executivo Federal na formulação, financiamento e execução da política de proteção à criança e ao adolescente.

86. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao adolescente empregado em regime familiar de trabalho é VEDADO trabalhar

- (A) no meio urbano externo sem prévia autorização judicial.
- (B) com jornada superior a 30 horas semanais.
- (C) em atividade cujos aspectos produtivos prevaleçam sobre as exigências pedagógicas.
- (D) em jornada que não permita descanso aos domingos.
- (E) entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

87. Ao fiscalizar as entidades de atendimento responsáveis pela execução de programas de proteção e socioeducativos, age de acordo com a Estatuto da Criança e do Adolescente o representante do Ministério Público que

- (A) postula ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente a cassação do registro de entidade governamental que desenvolve programa de acolhimento familiar e não estimula o contato dos acolhidos com seus pais e parentes.
- (B) representa ao Conselho Tutelar para a aplicação de multa à entidade não governamental que desenvolve programa de proteção social especial e não mantém serviços de apoio e acompanhamento de seus egressos.
- (C) aplica, ele próprio, medida de recomendação e advertência à entidade governamental que desenvolve programa de acolhimento familiar e não observa a rigorosa separação de seus usuários segundo critérios de gênero e compleição física.
- (D) representa ao juiz para a interdição de programa de internação executado por entidade governamental que descumpra a obrigação de oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos.
- (E) postula ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o afastamento temporário de dirigente de entidade não-governamental que desenvolve programa de semiliberdade e não oferece profissionalização aos adolescentes atendidos.

88. O consentimento dos pais com a adoção do filho, de acordo com o que dispõe a lei,

- (A) é uma das hipóteses de perda do poder familiar decretada por sentença.
- (B) é retratável até a data da publicação da sentença constitutiva da adoção.
- (C) só terá validade se prestado perante a autoridade judiciária competente ou se formalizado por meio de instrumento público.
- (D) só será válido após minuciosa investigação que ateste a relevância de seus motivos.
- (E) só terá valor se manifestado após três meses do nascimento da criança.



89. O adolescente, pela prática de ato infracional, segundo o Estatuto da Criança do Adolescente, pode receber medida socioeducativa de
- (A) semiliberdade cujo prazo, fixado na sentença, não seja nem inferior a seis meses e nem superior a três anos.
 - (B) internação em estabelecimento terapêutico ou hospitalar, desde que seja portador de doença ou deficiência mental e o ato infracional tiver sido praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (C) internação provisória por até noventa dias, desde que presentes os requisitos da necessidade imperiosa da medida e indícios suficientes de autoria e materialidade.
 - (D) liberdade assistida cumulada com medidas de orientação, apoio e acompanhamento temporário e de inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família.
 - (E) acolhimento sociofamiliar sempre que identificada a incapacidade dos genitores de prevenir a reiteração infracional.
90. Compete ao Ministério Público, segundo o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) conceder remissão como forma de extinção do processo.
 - (B) promover a oitiva informal de crianças e de adolescentes aos quais se atribui a autoria de ato infracional.
 - (C) requisitar, de qualquer pessoa, informações sobre fatos relevantes à defesa de direitos indisponíveis de crianças ou adolescentes, assinalando prazo não inferior a dez dias úteis para a resposta.
 - (D) aprovar o plano de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas que integram o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - (E) exercer as atribuições dos Conselhos Tutelares enquanto eles ainda não tiverem sido instalados.
91. O Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) deve integrar-se operacionalmente ao Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança e Assistência Social para o fim de agilizar o atendimento inicial do adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional.
 - (B) é composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.
 - (C) exceto em casos de delegação expressa pela autoridade judiciária competente, não pode expedir autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.
 - (D) para executar suas decisões, pode requisitar a condução coercitiva dos genitores que, embora notificados, não comparecerem para atendimento.
 - (E) tem seu local, dia e horário de funcionamento, remuneração de seus membros e suas atribuições definidos por lei municipal.
92. Como estratégia para prevenir violação de direito da criança e do adolescente, bem como responsabilizar os violadores, o Estatuto da Criança e do Adolescente tipificou como
- (A) crime exibir filme classificado pelo órgão competente como inadequado às crianças e adolescentes admitidos ao espetáculo.
 - (B) crime deixar o médico responsável por estabelecimento de atenção à saúde de comunicar à autoridade os casos de que tenha conhecimento envolvendo suspeita de maus tratos contra criança.
 - (C) infração administrativa deixar a autoridade competente de efetuar a inclusão de crianças em condições de serem adotadas no respectivo cadastro.
 - (D) infração administrativa deixar a autoridade policial de comunicar a apreensão da criança ou adolescente à família do apreendido.
 - (E) infração administrativa a venda de fogos de estampido ou de artifício a criança ou adolescente.
93. O plano individual de atendimento da criança e do adolescente em medida de acolhimento institucional, segundo disciplina o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser elaborado
- (A) antes da expedição da guia de acolhimento, na qual deve constar, desde logo, os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis.
 - (B) e remetido ao juiz no prazo de até seis meses contados do início do acolhimento institucional.
 - (C) pelos profissionais que compõem a equipe interprofissional de assessoria ao juiz da infância e juventude.
 - (D) pelas partes e definido pela autoridade judiciária na decisão, provisória ou definitiva, que decreta o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar.
 - (E) imediatamente após o acolhimento da criança e do adolescente.
94. De acordo com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério Público, no procedimento de apuração de ato infracional atribuído ao adolescente,
- (A) deve ouvir informalmente o adolescente, salvo se, desde logo, optar pela aplicação da remissão como forma de exclusão do processo.
 - (B) pode oferecer representação independente de prova pré-constituída de autoria e materialidade.
 - (C) deve funcionar como curador especial do adolescente cujos pais ou responsável estejam ausentes.
 - (D) pode promover o arquivamento dos autos sempre que as circunstâncias do fato, a personalidade do adolescente e seu grau de participação no ato infracional sugerirem a desnecessidade da aplicação de qualquer medida socioeducativa.
 - (E) pode, a qualquer tempo, apurado que o ato infracional decorreu da ação ou omissão dos genitores do adolescente, postular a conversão do pedido de aplicação de medida socioeducativa em pedido de aplicação de medida pertinente aos pais ou responsável.



Legislação Institucional

95. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93), compete ao Colégio de Procuradores, dentre outras atribuições,
- julgar recurso contra decisão de disponibilidade e remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público.
 - decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.
 - praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público.
 - autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior.
 - aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito.
96. De acordo com a Lei Complementar nº 75/1993, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, é INCORRETO afirmar:
- Nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público da União, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido.
 - A lei assegurará a participação do Ministério Público da União nos órgãos colegiados estatais, federais ou do Distrito Federal, constituídos para defesa de direitos e interesses relacionados com as funções da Instituição.
 - O membro do Ministério Público da União será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.
 - Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União não poderá, nos procedimentos de sua competência, requisitar da Administração Pública serviços temporários de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas.
 - Compete ao Ministério Público da União, dentre outras atribuições, propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula contratual que contrarie direito do consumidor.
97. O Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei Federal nº 8.906/1994), no que concerne à atividade de advocacia e aos direitos do advogado, estabelece que
- é permitida a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade civil ou comercial.
 - não há hierarquia entre advogados e magistrados, mas, durante as audiências, o advogado está subordinado ao magistrado que a preside.
 - o advogado não pode, sem procuração, comunicar-se pessoal e reservadamente com o seu cliente que estiver preso, detido ou recolhido em estabelecimento civil ou militar e for considerado incomunicável.
 - o advogado pode retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 dias.
 - o advogado pode ingressar livremente em reunião em que seu cliente possa participar, independentemente de procuração.
98. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/1979) estabelece que
- são vitalícios, a partir da posse, os Juizes Federais e os Juizes do Trabalho.
 - as penas de advertência e de censura somente são aplicáveis aos Juizes de primeira instância.
 - o magistrado pode manifestar, por qualquer meio de comunicação, juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de outros órgãos judiciais.
 - o magistrado vitalício pode desempenhar função de direção administrativa ou técnica de estabelecimento de ensino.
 - são vitalícios, somente após dois anos de exercício, os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.
99. De acordo com a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará (Lei Complementar Estadual nº 72/2008), compete ao Colégio de Procuradores de Justiça
- decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar de membro do Ministério Público.
 - apreciar pedidos de aproveitamento, reintegração, reversão e aposentadoria de membros do Ministério Público.
 - aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito.
 - deliberar sobre prorrogação de prazo para posse ou exercício no cargo de membro do Ministério Público.
 - aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público.
100. De acordo com a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará (Lei Complementar Estadual nº 72/2008), constitui, dentre outras, prerrogativa dos membros do Ministério Público do Estado do Ceará receber
- subsídios integrais, sem perder a sua posição para efeito de promoção, na lista de antiguidade, quando licenciado para tratamento de saúde.
 - remuneração consistente em subsídios fixados em parcela única, obedecidas, em qualquer caso, as disposições constitucionais.
 - o pagamento de décimo terceiro salário, além dos subsídios fixados em parcela única.
 - ajuda de custo equivalente a um mês de subsídio quando, em virtude de promoção, passar a residir na sede da nova titularidade.
 - intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através dos autos com vista.